

APRESENTAÇÃO

Teoria Crítica e Pragmatismo: tensões e alianças na teoria social e política contemporâneas

Felipe Maia¹

Leonardo da Hora²

Se adotarmos as marcações históricas usuais, é possível afirmar que teoria crítica e pragmatismo surgiram não só em contextos bastante distintos, bem como em mútua ignorância ou indiferença. O que hoje chamamos de teoria crítica, foi uma corrente filosófica que teve sua origem no grupo que se organizou em torno do Instituto de Pesquisa Social em Frankfurt, Alemanha, na década de 1920, tendo como liderança institucional Max Horkheimer³. Seus primeiros textos foram publicados nos *Zeitschrift fur Sozialforschung*, reunindo colaborações de autores tais como Friederich Pollock, Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin, entre outros. O projeto, tal como expresso por Horkheimer (2018 [1931]), era combinar a filosofia e as várias ciências sociais em uma teoria da sociedade que fosse capaz de compreender as “marcas do tempo” e de identificar as possibilidades de transformações sociais de sentido emancipatório. Para tanto, dedicaram-se a uma crítica, por vezes implacável, de concepções filosóficas rivais e a um trabalho de reconstrução crítica da filosofia do Esclarecimento alemão, tendo por referências principais Hegel e Marx. Formado quase inteiramente por intelectuais de origem judaica, o sentido de grupo foi reforçado pela experiência da vida no exílio durante o regime nazista.

¹ Professor de Sociologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, pesquisador do CNPq e pesquisador visitante da Universidade de Barcelona. E-mail: felipe.maia@ufjf.br. <https://orcid.org/0000-0001-8184-7040>.

² Professor do Departamento de Filosofia e do PPGF da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA - Brasil. E-mail: leonardo.jorge@ufba.br. <https://orcid.org/0000-0002-0567-0770>.

³ Uma história compreensiva e abrangente da teoria crítica e do Instituto publicada em língua portuguesa pode ser encontrada em Jay (2008).

Neste período, o grupo se tornou mais cosmopolita, em contato com a cultura universitária norte-americana, com outras perspectivas nas ciências sociais e mesmo na vida política. Após a guerra, Horkheimer e Adorno tiveram bastante sucesso na reorganização do Instituto em Frankfurt, iniciando um período já longo de desenvolvimento que produziria novas “gerações” de teóricos críticos, com projetos próprios e em condições bastante distintas do contexto de emergência.

A origem do pragmatismo é mais comumente identificada com um conjunto de artigos de Charles S. Peirce (ver em Talisse and Aikin, 2011 [1868, 1877, 1878]), publicados na segunda metade do século XIX nos Estados Unidos. Eles confrontavam a epistemologia cartesiana em seus pressupostos dualistas que separam mente e corpo, sujeito e objeto, bem como na pretensão de ancorar todo conhecimento em fundações certas e indubitáveis. Peirce foi um intelectual *sui generis* que ganhou a vida como matemático e que nunca conseguiu se estabelecer de modo permanente na universidade. Seus artigos sobre lógica e epistemologia, no entanto, tiveram enorme influência em intelectuais de características e personalidades variadas, tais como William James, John Dewey e Oliver W. Holmes. De acordo com Louis Menand (2007), eles teriam sido o núcleo de um pequeno grupo que se reuniu algumas vezes para discutir seus trabalhos filosóficos, conhecido como o “Metaphysical Club”. Holmes teve uma carreira longa na Suprema Corte norte-americana, sedimentando uma certa tradição de argumentação jurídica que pode ser aproximada do ideário pragmatista, mas com características próprias. James se tornaria referência incontornável na psicologia social e talvez o grande propagador do termo “pragmatismo”, embora de um modo que não agradava muito a Peirce. Dewey teve uma vida intelectual e política longa, na universidade e na esfera pública, com contribuições decisivas à teoria do conhecimento, à filosofia social e política e às ciências sociais. Outras personalidades importantes foram Jane Adams e George Herbert Mead, cujos trabalhos se tornaram referências fundamentais para a teoria social contemporânea.

Em certo sentido, é possível afirmar que tanto os norte-americanos quanto os alemães tinham em sua bagagem a filosofia do idealismo alemão de Kant e Hegel. Essa observação, no entanto, parece pouco para aproximar os dois grupos em contextos tão distintos e tudo isso sem entrar muito em suas heterogeneidades internas. O pragmatismo norteamericano foi cultivado em um circuito universitário ascendente, marcado por um forte investimento nas ciências naturais e no método experimental que influenciaram sua filosofia, algo que seria visto como um viés naturalista ou até positivista pelos alemães. Dewey teve em sua formação filosófica uma influência hegeliana, cujo status no decorrer de seu pensamento permanece objeto de controvérsia⁴. Mas, os pragmatistas norte americanos quase sempre entendiam que os problemas tal como postos no idealismo alemão não podiam encontrar solução razoável e procuraram deslocar e reformular essas questões de modo a torná-las menos transcendentais e mais passíveis de serem observadas de modo análogo aos objetos científicos.

Já a teoria crítica alemã submete o legado do idealismo alemão a uma crítica de outro tipo, que conta com a mediação das obras de Marx e de Freud. Ela mantém a aspiração de apreender a sociedade em sua “totalidade”, o que requer um desenvolvimento conceitual e abstrato que não se coaduna com o experimentalismo científico, embora metodologicamente, procure se beneficiar da contribuição das várias ciências como parte do processo de teorização. Com Marx, a teoria crítica se volta para o reconhecimento das contradições e das crises das sociedades capitalistas, assim como para a crítica da ideologia, isto é, do conhecimento como forma de dominação pela falsa representação da realidade social. Mais ainda, retém a proposição de que as sociedades contêm em si (e em seu processo histórico) as possibilidades de sua transformação, que está no centro da concepção da relação entre imanência e transcendência, que tentaria desenvolver criticamente⁵.

Politicamente são também histórias distintas. Os frankfurtianos estavam ligados aos problemas do marxismo e da experiência política do socialismo

⁴ Ver Bernstein (2010).

⁵ Ver Horkheimer (1980 [1937]). Ver também Strydom (2011) e Delanty (2020).

alemão, embora distantes da prática política cotidiana. A derrota do socialismo e da democracia diante da ascensão do nazismo, bem como a reconstrução alemã após a guerra, são decisivas na compreensão política desses autores. Do outro lado do Atlântico, o contexto político e cultural foi muito distinto. A experiência da guerra civil nos EUA foi propulsora de um certo aprendizado que os levava a um maior ceticismo em relação aos conflitos ideológicos e a “ideias gerais” muito abstratas, o que, cf. Menand (2007), estaria ligada ao “anti-fundacionalismo” filosófico de Peirce e Holmes. Nos escritos de James e Dewey, as crenças e as ideias seriam vistas como regras para a ação e como formas de resolver problemas. Politicamente, eles confrontaram os conflitos sociais e as mudanças na sociedade norte-americana com uma aposta na capacidade das pessoas de agir de modo inteligente e cooperativo para lidar com problemas, evitando a violência, o que poderia ser sintetizado em sua concepção de democracia como “forma de vida”. Dewey tornou-se um “intelectual público” de renome na primeira metade do século vinte, um intérprete engajado e crítico da vida americana, mas que sentia-se de algum modo “at home in modernity” (Menand, 2007). O que contrasta com a insegurança e o desconforto dos alemães, que apenas muito depois teriam uma presença relevante na esfera pública (Müller-Doohm, 2006).

Não é de se espantar que a indiferença e os mal entendidos tenham prevalecido durante tanto tempo. Horkheimer (2016 [1947]), especialmente em seu *O eclipse da razão*, escreveu páginas bastante duras sobre o pragmatismo, que entendia como uma certa versão do utilitarismo e do positivismo. Hans Joas (1993, Cap. 3) considera que durante o exílio americano, Adorno e Horkheimer subestimaram a “alternativa” pragmatista e, a rigor, a cultura norte americana de modo geral, ao contrário de outros exilados alemães, como Arendt e Schutz, o que mostra algumas das dificuldades do modo como então se desenvolvia a própria teoria crítica. Em retrospecto e após o exílio, Adorno reconheceria alguns benefícios de sua experiência americana, que o teriam ajudado a se distanciar de uma cultura intelectual dos “mandarins” alemães, abrindo-se ao

experimentalismo científico, bem como ao valor “humanitário” da experiência democrática.

Foi no contexto do pós-guerra, com a reconstrução alemã, as imensas transformações na vida universitária, a emergência de novas gerações de filósofos e cientistas sociais, que as relações se transformaram. Um marco importante foi o estudo de Apel (1997 [1975]) a respeito de Peirce, inicialmente uma introdução à tradução de sua obra em alemão, depois publicado em separado. Ali, Apel sugere que o pragmatismo se constituía em uma grande tradição filosófica distinta das europeias e marcada por uma experiência democrática que havia favorecido um tratamento menos dogmático e menos idealista - transcendental da teoria do conhecimento e da epistemologia. Habermas (2005), em conhecida entrevista, conta que em seu período de estudante, entre 1949 e 1954, não se falava nos filósofos pragmatistas na universidade alemã, ainda que Max Scheller, em sua sociologia do conhecimento, houvesse discutido criticamente a epistemologia de William James. Foi a partir do trabalho de Apel sobre os interesses do conhecimento que ele passou a estudar os escritos de Peirce e que depois chegaria a Mead e a Dewey.

Curiosamente, como registram alguns observadores, esse foi um momento em que, nos Estados Unidos, o pragmatismo estava “esquecido” ou em segundo plano. Bernstein (2010) relata que nesse momento havia um entendimento de que a filosofia analítica significa uma superação do pragmatismo. No entanto, essa postura não prevaleceu, dando lugar a uma convergência entre as duas abordagens, tal como na obra de Richard Rorty, que também se abriria ao diálogo com os autores alemães. A ideia de uma “virada linguística” se mostraria compatível (ou até se confundiria) com outras tradições filosóficas, tais como a hermenêutica, a fenomenologia, o pragmatismo e a própria teoria crítica, podendo ser reapropriada de formas diversas por muitos e em um campo bastante interdisciplinar, variando as ênfases e as inspirações.

Para muitos leitores, Habermas é a figura chave para aproximar as diferentes entradas⁶. Ele se interessou pelas investigações epistemológicas de Peirce, como crítica ao cartesianismo e uma alternativa ao empirismo e ao racionalismo transcendental kantiano, por meio da compreensão do modo como a razão e o entendimento se vinculam a um processo de pesquisa. Um processo de aprendizagem autorregulado e cumulativo que se orienta para a obtenção, pela via argumentativa, de um consenso sem coerção e resistente, voltado para a eliminação da dúvida e do erro, mas sujeito à revisão e consciente de suas mediações linguísticas e da impossibilidade de apoio em um começo absoluto. A ciência poderia ser vista como uma “forma de vida”, um processo que integra linguagem e ações empíricas, incorporado nas atividades de uma comunidade de investigadores (Habermas, 2014 [1968]). Essa noção o ajudaria a fundamentar sua ideia de que a validade das normas depende do reconhecimento mútuo em um espaço discursivo ideal. Além disso, o pragmatismo semiótico de Peirce, que entende a linguagem como mediadora da relação entre sujeito e mundo, ecoa na ênfase habermasiana na linguagem como meio para a coordenação social e a emancipação, articulando uma crítica à razão instrumental através de uma pragmática universal centrada no diálogo.

Seu movimento em direção aos fundamentos linguísticos dos processos de socialização o levou à filosofia da linguagem, em especial a teoria dos atos de fala de Austin, que combinou com o universo fenomenológico e hermenêutico europeu, a teoria do mundo da vida de Husserl, assim como a tradição teórica das ciências sociais, que comporta o marxismo, Weber e Durkheim. O trabalho de G. H. Mead permitiria incorporar uma discussão importante sobre os fundamentos linguísticos dos processos de formação do *self*, que teria um grande potencial de desdobramentos na sociologia e na ética do discurso (Habermas, 2012 [1981]). Habermas (2005) também reconhece a influência do pragmatismo no campo da teoria política, por sua atitude antielitista, democrática, igualitarista e de “inspiração comunitarista”, bem como sua contribuição para

⁶ Para uma discussão mais ampla da relação entre Habermas e o pragmatismo, ver Aboulafia et alli (2002).

pensar a importância de uma esfera pública discursivamente estruturada como requisito para a democracia. A busca de uma comunicação livre de coerções poderia então orientar a constituição de normas que ligam a investigação científica, a integração social e a deliberação política democrática⁷.

A relação entre neopragmatistas como Richard Rorty e a tradição da Teoria Crítica frankfurtiana revela um diálogo fértil, marcado por apropriações seletivas e tensões filosóficas. Rorty, embora crítico de certos universalismos da Escola de Frankfurt, aproximou-se de temas caros a Jürgen Habermas, como a centralidade da comunicação e a construção democrática de consensos. Em *Contingência, ironia e solidariedade* (2019), Rorty endossa uma visão antifundacionista da verdade, ecoando a crítica habermasiana às pretensões absolutas da razão, mas rejeita o projeto emancipatório universalista em favor de uma ética contingente, baseada em "solidariedade ampliada" por meio de narrativas locais. Esse embate entre Rorty e Habermas foi amplamente explorado na coletânea *Filosofia, racionalidade, democracia: os debates Rorty & Habermas* (2011), organizada por José Crisóstomo de Souza, que destaca tanto as divergências quanto as convergências entre os dois pensadores — como a defesa de uma democracia deliberativa, ainda que fundamentada em bases distintas.

Como discípulo de Rorty, Robert Brandom herdou do orientador essa interlocução com a teoria crítica, em particular com a obra de Habermas, como evidencia seu artigo “Para a reconciliação de dois heróis: Habermas e Hegel”. Brandom (2013) reconhece em Habermas o principal teórico contemporâneo do *Geist* hegeliano, destacando sua capacidade de traduzir a normatividade social em termos linguísticos e pragmáticos. Inspirado pela ética do discurso habermasiana, Brandom absorve a ideia de que práticas comunicativas são fundamentais para instituir autoridade e responsabilidade normativas, entendendo a linguagem não apenas como meio de expressão, mas como espaço

⁷ Filósofos e cientistas sociais pragmatistas se interessaram pela “virada pragmática” de Habermas, por sua teoria da ação comunicativa e da política democrática. A recepção, no entanto, foi marcada por críticas diversas, quase sempre considerando insuficientemente pragmático o seu movimento, em especial no que diz respeito aos aspectos “quase transcendentais” de sua concepção de racionalidade. Para tanto, ver Aboulafia et alli (2002).

de legitimação racional. A crítica habermasiana às sistemáticas de estruturas discursivas — herança da tradição frankfurtiana — ressoa na abordagem de Brandom sobre como estruturas de poder podem corromper o discurso, mascarando interesses estratégicos sob a aparência de razões.

Já a história do que hoje se chama de pragmatismo francês é um pouco distinta e têm um andamento próprio. Ela não deriva de um interesse direto no debate filosófico com os “clássicos” norte-americanos ou com os frankfurtianos alemães, mas de um conjunto de movimentos que François Dosse (2018) identificou como uma mudança paradigmática nas ciências humanas francesas a partir da década de 1970. Para ele, grupos e autores distintos, por caminhos próprios, abandonaram a tradição estruturalista em favor de concepções mais fenomenológicas e hermenêuticas que têm em comum a “busca do sentido” da ação social. Nesse movimento, Paul Ricoeur seria a figura filosoficamente decisiva, mas seria possível identificar uma diversidade de interesses e contribuições, que compreendem a sociologia compreensiva weberiana, a fenomenologia de Schutz, a etnometodologia de Garfinkel, o interacionismo simbólico de Goffman e a filosofia analítica de Austin e Searle e, claro, Ludwig Wittgenstein. Dentre os pragmatistas americanos, G. H. Mead seria o mais importante, pela teoria da intersubjetividade e pela discussão do tempo, que ajudam a pautar uma compreensão mais situada e até mais “presentista” dos quadros da ação social. Esse movimento os levaria a uma posição que nem “diviniza”, nem “dissolve” o sujeito, mas procura compreendê-los em situações, valorizando suas formas de conhecimento e de reflexividade. Sua concepção de crítica se afasta dos elementos de “corte epistemológico” ou da “hermenêutica da suspeita” e postula uma maior continuidade do trabalho científico com a reflexividade dos atores em situações práticas. Sua ontologia social é mais “plana”, acontecimental e contingente.

Trata-se de um conjunto bastante amplo, heterogêneo e interdisciplinar de autores, tais como Bruno Latour, Michel Callon, Alain Desrosieres, Louis Queré, entre outros. Na sociologia, destaca-se o trabalho de Luc Boltanski e Laurent Thévenot (2020 [1991]), um sociólogo e um economista que haviam

trabalhado com Pierre Bourdieu, mas se distanciaram de sua proposta, submetendo-a a uma crítica “pragmática”, em que abandonam o modelo habitus - campo - violência simbólica para constituir uma teoria da ação, das capacidades críticas dos atores e das justificações em situações de conflito ou em “momentos críticos”, tal como exposta em “A justificação” e desenvolvida em trabalhos posteriores. Sobressai um interesse na pragmática linguística que observa a produção do sentido em termos de situações e contextos de interação, por distinção em relação às proposições de uma semântica estrutural. A crítica, entendida como uma ação de atores com algum conhecimento e capacidade reflexiva, tem efeitos práticos e introduz elementos novos que incidem sobre as instituições e guardam um potencial de produção de mudanças, ainda que não exatamente como inicialmente desejado. Os conflitos e “momentos críticos” se constituem como situações em que a prática cotidiana é interrompida e os atores se envolvem em jogos de crítica e justificação. Para tanto, lançam mão de diferentes ordens de valor disponíveis em um universo normativo altamente diferenciado, transitando e disputando quais esferas de valor são pertinentes à situação prática. Vista enquanto ação e enquanto prática, a crítica torna-se um objeto de estudo, antes que uma atitude teórica.

Esta pragmatização ou mesmo sociologização da crítica incidiria de volta sobre a teoria frankfurtiana e tem provocado debates, cada vez mais interessantes. Eles apontam para um cenário menos disciplinarizado e menos provinciano do que poderíamos chamar de teorias críticas no plural, o que nos parece um ganho em relação ao período anterior, no sentido de ampliar as exigências argumentativas e a troca de perspectivas que poderiam levar a um incremento das capacidades interpretativas das teorias críticas no mundo contemporâneo.

Nesse contexto, as contribuições de Axel Honneth e Luc Boltanski ilustram bem essa inflexão pragmática dentro das teorias críticas. Em sua crítica social, Honneth rejeita abordagens puramente teóricas ou abstratas, insistindo que elas devem ser fundamentadas nas práticas sociais reais e nas experiências vividas pelos indivíduos. Isso reflete uma abordagem pragmática no sentido de

buscar soluções para problemas concretos a partir de perspectivas práticas. Boltanski, por sua vez, insere-se nessa tradição ao deslocar o foco da crítica para a maneira como os próprios atores sociais justificam suas ações e lidam com a incerteza do mundo social. Ambos, ainda que de formas distintas, compartilham a preocupação com a ancoragem da teoria na experiência concreta dos sujeitos.

Axel Honneth incorpora o pragmatismo especialmente através da obra de Mead, ao estruturar sua teoria do reconhecimento. Para Honneth (2003), o reconhecimento é um processo intersubjetivo fundamental para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. Mead, com sua ênfase no *self* como algo constituído na interação social, fornece uma base empiricamente informada para a intuição de matriz hegeliana de Honneth de que as relações de amor, direitos e solidariedade são indispensáveis para a realização individual e social, a qual ele articula com a concepção de sentimento humano de Dewey. Além disso, o pragmatismo de Dewey influencia Honneth em duas frentes: na dimensão política (Honneth, 2017), ao conceber democracia e socialismo como projetos experimentais e em constante evolução, guiados pela participação ativa e pela correção de injustiças via lutas sociais; e na dimensão ontológica (Honneth, 2019), onde Honneth retoma a crítica de Dewey (1929) ao "modelo do espectador" do conhecimento. Inspirado pela ideia deweyana de que nossa relação originária com o mundo é prática e engajada – não cognitiva ou contemplativa –, Honneth redefine a reificação como um "esquecimento do reconhecimento", ou seja, uma degradação dessa relação primordial de envolvimento ativo com o outro. De maneira mais geral, Honneth se apropria da ideia pragmatista de que a crítica social deve se apoiar na experiência concreta dos atores, utilizando as próprias expectativas e sofrimentos vividos pelas pessoas como critérios normativos. Essa perspectiva permite a Honneth criticar Habermas, por considerar que este confere à teoria um papel excessivamente distanciado das práticas cotidianas e das experiências sociais concretas, negligenciando a dimensão afetiva e prática da vida social.

Por outro lado, Luc Boltanski adota o pragmatismo de maneira distinta, centrando-se na experiência concreta dos atores sociais e na indeterminação

inerente ao social. Influenciado por Mead e Dewey, mas também por tradições da sociologia pragmática (como a etnometodologia), Boltanski rejeita visões substancialistas ou estáticas do social. Em obras como *De la justification* (1991) e *De la critique* (2009), ele argumenta que o social é marcado por uma constante incerteza e refazimento, resultado de conflitos, negociações e justificativas mobilizadas pelos próprios atores. Para Boltanski, o foco da análise deve ser como as pessoas, diante da fragmentação e da dispersão, desenvolvem estratégias para dar coerência às suas experiências. Nesse sentido, ele critica a concepção durkheimiana do social como uma “coisa” estável e substancial e questiona a visão de Bourdieu, segundo a qual os atores sociais estariam sempre dominados pelas estruturas, sem margem para reflexividade e crítica.

O que se nota, assim, é que diferentes leituras e apropriações do pragmatismo inserem novas tensões e contrastes no âmbito das teorias sociais críticas, como ilustram as respectivas "ontologias sociais" de Honneth e Boltanski. Honneth adota o que Boltanski chama de uma "antropologia comunitária", na qual a busca por reconhecimento intersubjetivo é concebido como um dado antropológico fundamental. Nessa perspectiva, os conflitos sociais são centrados no desejo de pertencimento e no reconhecimento como membro pleno de uma comunidade, transformando o conceito de conflito em uma luta por inclusão e respeito, e não por exclusão ou dominação. Boltanski, por outro lado, vê o social como um campo dinâmico e contingente, onde os atores estão constantemente engajados na construção de significados e na redução da indeterminação. Assim, enquanto Honneth coloca o problema da integração social no centro do modelo teórico (o que não deixa de ecoar não apenas sua herança hegeliana, mas também um legado durkheimiano), Boltanski privilegia a fluidez e a incerteza inerentes à vida social, revelando duas ontologias sociais radicalmente diferentes, ainda que ambas influenciadas pelo pragmatismo. No primeiro, o social (tal como no conceito chave de “liberdade social” em *O direito da liberdade*) ainda aparece como fator explicativo primordial, ao passo que no segundo o social se constitui como o problema a ser explicado.

Outra contribuição importante para o diálogo, veio da publicação dos estudos de Hans Joas (1993, 1996) que debatiam e buscavam combinar as formulações pragmatistas com as de outras abordagens, mais tipicamente alemãs, em teoria social, a hermenêutica, a antropologia filosófica e a teoria crítica frankfurtiana. Joas tentou reformular a teoria da ação em um sentido pragmatista, lidando com a “criatividade da ação” como um aspecto decisivo de momentos em que há alguma interrupção da continuidade da ação e uma necessidade de solução de problemas. Ele também vem oferecendo contribuições importantes para o estudo de problemas macrosociológicos e históricos, com destaque para os temas da guerra, da modernidade e da religião, que permitem aprofundar a noção de contingência na interpretação de processos de larga duração (Joas; Knöbl, 2013).

Para uma teoria social que se tornou menos centrada em problemas e tradições nacionais, as conexões entre pragmatismo e teoria crítica têm ganhado vantagem em relação às diferenças. Vale notar alguns desses movimentos recentes.

Robin Celikates foi um dos primeiros a estimular o diálogo franco alemão no período recente, aproximando a controvérsia entre as concepções de crítica em Bourdieu e Boltanski do debate proposto por Habermas em *Conhecimento e Interesse* (1968). Em *Kritik an Sozialer Praxis (Crítica como prática social)*, de 2009, ele confronta um dilema metodológico crucial: como os teóricos críticos devem se relacionar com seus interlocutores — os grupos cuja emancipação buscam promover — sem cair em modelos hierárquicos ou idealizações ingênuas? Celikates parte da premissa de que a teoria crítica, para ser verdadeiramente emancipatória, precisa reconhecer as capacidades reflexivas dos agentes sociais, evitando tanto o "crítica externa" (associada a Bourdieu e Durkheim), que rompe epistemicamente com o senso comum ao tratar os dominados como incapazes de compreender suas próprias condições, quanto a "crítica interna" (inspirada em Boltanski e Garfinkel), que, embora valorize as disputas cotidianas de justificação, negligencia as patologias sociais de segunda ordem — estruturas que obstruem o próprio desenvolvimento da reflexão crítica. Sua solução, a

"crítica reconstrutiva", propõe um modelo dialógico inspirado no Habermas de *Conhecimento e Interesse* e na psicanálise freudiana, baseado na ideia de *auto-reflexão*: o teórico atua como um facilitador que oferece hipóteses e evidências para induzir a "inaceitabilidade reflexiva", convidando os interlocutores a reavaliarem sua autocompreensão à luz das condições sociais patológicas. Esse processo busca equilibrar igualdade metodológica — reconhecendo que os agentes possuem, em princípio, capacidade crítica — com a consciência das assimetrias materiais e simbólicas que limitam tais capacidades. Celikates, assim, reconcilia a sensibilidade às lutas concretas (herdada da sociologia pragmática francesa) com a análise das macroestruturas de poder (típica da tradição frankfurtiana), atualizando a teoria crítica para contextos de fragmentação cultural e desigualdade persistente.

Rahel Jaeggi (2018) faz uma incursão no pragmatismo americano e na hermenêutica, via Dewey e Alasdair MacIntyre, para desenvolver um argumento a respeito da possibilidade da crítica a formas sociais abrangentes, que supere o que ela considera um absenteísmo ético de teorias procedimentalistas, como as de Habermas e Rawls. Dewey oferece um ponto de partida para pensar processos de aprendizado e de investigação diante de problemas, que ela procura aprofundar em direção a uma concepção mais “robusta” das crises como a atualização de contradições sociais, via Hegel. A capacidade das formas de vida de aprendizado e de transformação em períodos de crise se constituiria em um critério metateórico para a crítica das formas existentes, sem depender de perspectivas ou de particularidades culturais.

Já o filósofo franco-italiano Roberto Frega, formulou em um conjunto de artigos um argumento mais crítico à tradição hegeliana e marxista, argumentando que o pragmatismo ajuda a resolver problemas epistemológicos e metodológicos encontrados na origem da teoria crítica, bem como a desenvolver as questões políticas a respeito das condições em que a emancipação seria possível. Para ele, a metodologia “reconstrutiva” que inspirou Habermas e Honneth, com seu interesse nas possibilidades imanentes de desenvolvimento e transformação social, bem como na abertura da teoria à colaboração com as

demais ciências, estaria mais próxima de Dewey (1920) que de Adorno e Horkheimer. Para ele, seria possível observar nesses trabalhos uma “pragmatização progressiva” da teoria crítica, que, no entanto, não estaria ainda “completa”, em virtude do que já se chamou de uma ontologia “dualista” em Habermas e, mais recentemente, de uma certa reaproximação com a filosofia da história no pensamento de Jaeggi. Honneth, em sua concepção, seria o autor que teria recepcionado melhor a contribuição pragmatista, com uma maior abertura para entender as funções emancipatórias das interações cotidianas, no que se beneficiou bastante do trabalho de Hans Joas, o que o levaria a uma ontologia social mais interacionista e a pensar a política em termos de uma teoria da sociedade e não só do discurso.

Mais recentemente, o pragmatismo de Dewey tem servido de base para a elaboração de um naturalismo crítico (Gregoratto et alli., 2022), em resposta à crise ecológica cada vez mais urgente, evidenciando novas apropriações da tradição pragmatista pela teoria crítica que apontam os limites de leituras anteriores — como ilustra a crítica de Federica Gregoratto (2021) a *Kritik von Lebensformen* (2014), de Rahel Jaeggi (2018). Em seu artigo, Federica Gregoratto recorre à filosofia de John Dewey para construir uma crítica ao entendimento estático de natureza implícito na abordagem de Jaeggi sobre as *Lebensformen* (formas de vida). Enquanto Jaeggi prioriza a dimensão social e cultural como moldadoras das formas de vida, Gregoratto argumenta que essa perspectiva negligencia a interação dialética entre processos naturais e estruturas sociais. Inspirada no naturalismo não reducionista de Dewey, ela propõe uma ontologia transacional, na qual natureza e cultura não são esferas separadas, mas entrelaçadas em relações de mútua constituição. Para Dewey, a natureza não é um pano de fundo inerte, mas um campo dinâmico de forças instáveis, marcado por indeterminação e potencialidade — um “cruzamento de espontaneidade e necessidade”, como Gregoratto destaca. Essa visão permite reconhecer que crises ecológicas, como as mudanças climáticas, não são meramente “problemas sociais” a serem geridos por normas, mas emergem de transações complexas entre sistemas naturais (como oceanos e florestas) e práticas capitalistas (como

exploração de recursos e urbanização desregrada). Ao integrar essa perspectiva, Gregoratto amplia a crítica ao capitalismo: não basta analisar suas contradições internas (como faria Jaeggi), é preciso considerar como ele deforma a relação simbiótica entre vida humana e não humana, bloqueando a capacidade de adaptação criativa inerente aos processos naturais. Assim, a natureza transacional de Dewey oferece um arcabouço para pensar a emancipação não apenas como transformação social, mas como reconfiguração radical das interações entre formas de vida e os ecossistemas que as sustentam — uma crítica que expõe a insustentabilidade do capitalismo tanto em termos sociais quanto ecológicos.

Sem a pretensão de sermos exaustivos, consideramos que esses são trabalhos representativos de possibilidades de fertilização mútua de duas grandes tradições que mostram-se abertas a interpretações novas e criativas. Elas não desfazem as diferenças, mas apontam para uma aspiração da teoria social em sustentar sua capacidade crítica em uma perspectiva mais próxima ao conhecimento de um público de cidadãos e à reinterpretção de práticas transformadoras já existentes, cujo potencial de crítica e transformação poderia ser mais bem conhecido e amplificado. Com variações, aproximam-se de um quadro epistemológico e metateórico que procura superar os dilemas e as aporias da filosofia do sujeito e da história, procurando lidar com os problemas da intersubjetividade, prática e linguisticamente constituída, e das contingências ou da indeterminação que conformam uma concepção mais aberta (*open ended*) da temporalidade histórica. No que diz respeito à política, voltam-se para um entendimento crítico da democracia política e como “forma de vida”, capaz de descobrir os obstáculos aos processos de formação da vontade em bases livres e igualitárias para favorecer tendências progressistas de solução de problemas e de enfrentamento de crises e emergências.

Os trabalhos que compõem o dossiê, quatro artigos e uma entrevista, oferecem uma pequena amostra de possibilidades de pesquisa que se beneficiam desses debates na filosofia e na sociologia brasileiras, valorizando inclusive os elementos próprios deste debate no Brasil. São artigos que combinam problemas

empíricos e reflexões teóricas, variando a ênfase de acordo com os objetivos de cada um. A ideia de crítica, entendida como uma capacidade não apenas dos teóricos, mas como um elemento presente em práticas sociais diversas, como parte do repertório de ação, reflexão e engajamento dos atores sociais com o mundo, é um fio condutor que liga as diversas contribuições e dá visibilidade a algumas das grandes questões que vêm mobilizando este debate, em especial as relativas às possibilidades de aprendizado social no enfrentamento de problemas e à prática transformativa e democrática.

No artigo "Por uma educação antirracista nas escolas brasileiras: crítica e pragmatismo em práticas pedagógicas para o ensino de sociologia escolar", as autoras Sayonara Leal e Rosana da Silva Pereira propõem uma reflexão crítica sobre os saberes docentes necessários ao ensino da sociologia escolar no Brasil, articulando-os a uma educação progressista fundamentada nas contribuições teóricas de John Dewey e bell hooks. Partindo do método de investigação e solução de problemas públicos, as autoras analisam como práticas pedagógicas baseadas na lógica democrática e na epistemologia do inquérito podem fomentar a formação de sujeitos críticos, capazes de enfrentar desafios sociais estruturais, como o racismo. Por meio de análise documental da legislação brasileira — em especial a Lei 11.645/2008 — e de dados sobre sua implementação nas escolas, o estudo evidencia a importância de currículos formativos que integrem teoria democrática, justiça social e práticas antirracistas. Ao dialogar com a pedagogia investigativa de Dewey e a educação transgressora de hooks, o texto defende a sociologia escolar como espaço privilegiado para a construção de "comunidades pedagógicas abertas", nas quais a experimentação didática e o debate público esclarecido reforçam regimes praxiológicos democráticos. A discussão proposta neste artigo destaca a necessidade de alinhar formação docente, dispositivos legais e epistemologia democrática para enfrentar desigualdades raciais e consolidar uma educação comprometida com a transformação social.

No artigo "Saúde, família, segurança: para uma gramática moral do debate sobre cannabis medicinal", o autor Victor Luiz Alves Mourão analisa o debate em torno do Projeto de Lei 399/2015, que propõe a regulamentação do

uso medicinal da cannabis no Brasil, à luz da teoria da justificação de Luc Boltanski. A pesquisa identifica três *citès* (ordens morais) centrais no embate: saúde, família e segurança, articuladas pelos atores envolvidos para legitimar posições antagônicas. Por meio de análise de transcrições de audiências públicas, documentos legislativos e manifestos, o estudo revela como os argumentos contrários ao PL associam a cannabis ao crime e à desestruturação familiar, enquanto os favoráveis destacam benefícios terapêuticos, direito à saúde e segurança regulamentada. O autor demonstra que a interseccionalidade dessas ordens morais redefine instituições sociais, legitimando práticas como a desobediência civil em prol do acesso medicinal. A reflexão teórica ressalta a complexidade das disputas políticas progressistas, que tensionam tradições conservadoras ao reconfigurar valores em torno de temas como cuidado familiar e justiça sanitária. O artigo contribui para compreender como movimentos sociais mobilizam gramáticas morais pluralistas para desafiar estruturas proibicionistas e avançar em agendas de transformação social.

No artigo “Teoria Crítica, Pragmatismo e Psicologia”, Carlos César Barros investiga a relação entre psicologia e teoria crítica ao longo das três gerações da Escola de Frankfurt, destacando a gradual incorporação de perspectivas pragmatistas. Partindo da primeira geração — marcada pelo freudo-marxismo de Horkheimer e Fromm, que analisaram a fragmentação psíquica sob o capitalismo —, o texto percorre a segunda geração, em que Habermas aproxima-se do pragmatismo de Peirce para repensar a racionalidade comunicativa, mas opta por integrar igualmente a psicologia cognitivista de Piaget e Kohlberg, fundamentando sua teoria do desenvolvimento de competências comunicativas e estágios pós-convencionais de moralidade. Essa escolha, porém, gerou críticas por priorizar normas abstratas em detrimento da análise das interações concretas, como apontam Honneth e Joas. A terceira geração, liderada por Axel Honneth, integra a psicologia social de Mead e Dewey às lutas por reconhecimento, retomando a ênfase nas experiências cotidianas de injustiça e nas dinâmicas intersubjetivas. O artigo argumenta que essa “pragmatização” da teoria crítica permite superar dualismos como sujeito/objeto e ação/sistema,

abrindo espaço para uma psicologia engajada nas contradições materiais e nas lutas por emancipação. Além disso, propõe um diálogo com a psicologia latino-americana, em especial com a *psicologia da libertação* de Martín-Baró e a perspectiva interseccional de Patricia Hill Collins, enfatizando a necessidade de abordagens contextuais que articulem sofrimento, criatividade e transformação social em realidades marcadas por opressões estruturais. Ao vincular tradições frankfurtianas, pragmatistas e latino-americanas, o texto defende uma práxis psicológica crítica, capaz de traduzir experiências de injustiça em ações coletivas transformadoras, reafirmando o potencial interdisciplinar da teoria crítica para enfrentar desafios contemporâneos.

No artigo “A experiência estética como relação de apropriação no/ com o mundo: Diálogos entre John Dewey e Hartmut Rosa”, Lara Leporati procura enfrentar alguns dos dilemas da “crítica estética” aos processos de alienação e de “esvaziamento das promessas de liberdade” na modernidade. Recepcionando os argumentos de Luc Boltanski e Ève Chippello em “O novo espírito do capitalismo”, ela reflete sobre os limites de uma crítica ao capitalismo apoiada em ideais de autenticidade e autonomia absolutas e encontra nos conceitos de ressonância e experiência alternativas para pensar a “força própria da arte” enquanto crítica e forma de engajamento com o mundo. Para tanto, ela posiciona as duas concepções no quadro mais geral das teorias do reconhecimento e da intersubjetividade, em diálogo com Charles Taylor e Axel Honneth, sugerindo que o significado da experiência artística depende de um conjunto de relações com outros significativos e com um domínio de objetos que produzem conexões, respostas e interações associadas a valores e emoções. O conceito de ressonância procura dar conta de experiências não alienadas de relação com o mundo, nas quais o mundo “vibra” e afeta a subjetividade humana superando o estranhamento e propiciando um sentimento de autoeficácia que, para Rosa, fornece um critério para pensar as possibilidades da vida ética. Já a teoria estética de Dewey, permite pensar que a experiência artística carrega um potencial de síntese entre aspectos fragmentados da vida, tanto no que se refere à criação quanto na fruição, como formas de apropriação, aprendizado e

enriquecimento do mundo. Em sua conclusão, Leporati procura argumentar como essas duas perspectivas poderiam ajudar a repensar as ideias de autenticidade e da criatividade artísticas, em um sentido menos absoluto que não dissocia a subjetividade individual da vida comunitária e social, sugerindo a possibilidade de reconectar a crítica estética à crítica social.

Por fim, oferecemos uma entrevista com José Crisóstomo de Souza, filósofo brasileiro com uma das contribuições mais longevas e relevantes para esse campo de debates. Muito conhecido pela edição, cuidadosamente preparada, e pela introdução que escreveu para um volume com artigos em que Habermas e Rorty debatem suas perspectivas teóricas, Crisóstomo conta um pouco da história deste livro e apresenta o desenvolvimento de sua perspectiva filosófica original em torno de um materialismo prático - poiético.

Boa leitura!

Bibliografia

APEL, K.-O. **El camino del pensamiento de Charles S. Peirce**. Madrid: Visor, 1997.

ABOULAFIA, M.; BOOKMAN, M. O.; KEMP, C. **Habermas and pragmatism**. London: Routledge, 2002.

BERNSTEIN, R. J. **The pragmatic turn**. Cambridge, UK; Malden, MA: Polity Press, 2010.

BOLTANSKI, L. **De la critique: Précis de sociologie de l'émancipation**. Paris: Gallimard, 2009.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification: Les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991. Edição em Português:

_____. **A justificação: Sobre as economias da grandeza.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.

BRANDOM, R. **Para a reconciliação de dois heróis: Habermas e Hegel.** Tradução de Fernando Costa Mattos. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 95, p. 123-140, mar. 2013.

CELIKATES, R. **Kritik als soziale Praxis. Gesellschaftliche Selbstverständigung und kritische Theorie.** Frankfurt am Main: Campus Verlag, 2009.

DELANTY, G. **Critical theory and social transformation: crises of the present and future possibilities.** Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2020.

DEWEY, John. *Reconstruction in Philosophy.* New York: Henry Holt and Co., 1920.

DEWEY, John. *The Quest for Certainty.* New York: Minton, Balch and Co., 1929.

DOSSE, F. **O império do sentido: a humanização das ciências humanas.** São Paulo: Editora Unesp, 2018.

GREGORATTO, F. Capitalism and the Nature of Life-Forms. **Critical Horizons**, v. 22, n. 2, p. 150–161, 2021.

GREGORATTO, F.; IKÄHEIMO, H.; RENAULT, E.; SÄRKELÄ, A.; TESTA, I. Critical Naturalism: A Manifesto. **Krisis | Journal for Contemporary Philosophy**, v. 42, n. 1, p. 108–124, 2022.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse.** São Paulo: Editora Unesp, 2014 [1968].

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo.** Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: Martins Fontes, 2012 [1981].

HABERMAS, J. Reflexões sobre o pragmatismo. Em: SOUZA, J. C. de (Ed.). **Filosofia, racionalidade, democracia: Os debates Rorty & Habermas**. São Paulo: Ed. Unesp, 2005. p. 233–240.

HONNETH, A. **Luta por Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

HONNETH, A. **O Direito da Liberdade: Esboço de uma Eticidade Democrática**. Tradução de Saulo Krieger. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

HONNETH, A. **A Ideia de Socialismo: Uma Tentativa de Atualização**. Lisboa: Edições 70, 2017.

HONNETH, A. **A Reificação: Um Estudo em Teoria do Reconhecimento**. Tradução de Rúrion Melo. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

HORKHEIMER, M. The State of Contemporary Social Philosophy and the Tasks of an Institute for Social Research (1931). **Journal for Cultural Research**, v. 22, n. 2, p. 113–121, 2018.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. Em: **Textos Escolhidos**. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

HORKHEIMER, M. **O eclipse da razão**. Tradução: Carlos Henrique Pissarro. São Paulo: Editora da UNESP, 2016.

JAY, M. **A imaginação dialética**: História da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923 - 1950. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

JAEGGI, R. **Critique of forms of life**. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2018.

JOAS, H. **Pragmatism and social theory**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

JOAS, H. **The creativity of action**. Tradução: Jeremy Gaines; Tradução: Paul Keast. Cambridge Malden: Polity Press, 1996.

JOAS, H.; KNÖBL, W. **War in social thought: Hobbes to the present**. Princeton: Princeton University Press, 2013.

MENAND, L. **The Metaphysical Club: a story of ideas in America**. 1. paperback ed., [Nachdr.] ed. New York, NY: Farrar, Straus and Giroux, 2007.

MÜLLER-DOOHM, S. Theodor W. Adorno e Jurgen Habermas - Duas Maniras de ser um Intelectual Público: considerações sociológicas acerca da transformação de uma figura social da modernidade. **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO**, p. 51-64, 2006.

RORTY, R. **Contingência, Ironia e Solidariedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

SOUZA, J. C. de (Org.). **Filosofia, racionalidade, democracia: os debates Rorty & Habermas**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

STRYDOM, P. **Contemporary critical theory and methodology**. London; New York: Routledge, 2011.

TALISSE, R. B.; AIKIN, S. F. (EDS.). **The pragmatism reader: from Peirce through the present**. Princeton, N.J: Princeton University Press, 2011.